



Neste segundo volume de seu *Tratado de Direito Administrativo Brasileiro*, seu autor, além de retomar, quando necessária alguma atualização, tópicos do primeiro volume, mergulha nos modais da função administrativa, apontando extensa e profunda meditação sobre os temas do fato, do ato, do contrato e do processo administrativo.

SERGIO FERRAZ

Prefácio

Carlos Mário Velloso

TRATADO DE DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

**MODAIS DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA
(Fato, ato, contrato, processo administrativo)**

Volume 2

Área específica da obra
Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Direito Constitucional. História do Direito. Filosofia do Direito.

Palavras-chave

Função Administrativa. Fato Administrativo. Ato Administrativo. Contrato Administrativo. Processo Administrativo.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3315

F381t Ferraz, Sergio

Tratado de direito administrativo brasileiro – volume 2: modais da função administrativa (Fato, Ato, Contrato, Processo Administrativo) / Sergio Ferraz. Belo Horizonte: Fórum, 2024. v. 2.

425 p. 14,5x21,5cm
v. 2
ISBN 978-65-5518-660-4

1. Função administrativa. 2. Fato administrativo. 3. Ato administrativo. 4. Contrato administrativo. 5. Processo administrativo. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRAZ, Sergio. *Tratado de direito administrativo brasileiro – volume 2: modais da função administrativa (Fato, Ato, Contrato, Processo Administrativo)*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. v. 2. 425 p. ISBN 978-65-5518-660-4.

SERGIO FERRAZ

Advogado, Parecerista e Árbitro. Titular da Cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Titular da Cadeira nº 49 da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Membro do Senado da União Iberoamericana de Abogados (UIBA) e Coordenador do órgão. Vice-Presidente da Comissão de Direito da Biotecnologia da Union International des Avocats (UIA). Membro honorário estrangeiro da Associação Argentina de Justiça Constitucional. Membro do Conselho Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Membro do Comitê Jurídico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Membro do “Núcleo de Altos Temas” do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (SECOVI/SP). Ex-Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (1984-1986). Ex-Professor Titular (Direito Administrativo) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ex-Presidente e Membro Honorário Vitalício do Conselho de Colégios e Ordens de Advogados do Mercosul (COADEM). Ex-Conselheiro Federal Decano da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Procurador (aposentado) do Estado do Rio de Janeiro. Livre Docente (Direito do Trabalho) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Público pela Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Presidente da Comissão de Direito Administrativo do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Ex-Consultor Jurídico do Ministério da Justiça. Ex-Diretor da Faculdade de Direito da PUC-Rio e de seu Curso de Pós-Graduação. Assessor Jurídico do Relator da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Bernardo Cabral. Conferencista – mais de trezentas conferências proferidas no Brasil e no exterior. Professor visitante e honorário de Universidades no Brasil e no exterior. Membro de associações de cultura jurídica, no Brasil e no exterior. Autor de trinta e sete livros jurídicos e cerca de cem artigos doutrinários (publicados em revistas brasileiras e estrangeiras). Membro de Conselhos Editoriais de revistas jurídicas. Docente da Escola de Magistratura Federal do TRF1. Medalhas: Teixeira de Freitas, Luiz Gama e João Mangabeira (Instituto dos Advogados Brasileiros); Sobral Pinto (Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal); Grande Oficial da Ordem do Mérito (Ministério da Justiça). Árbitro do Quadro Oficial da Câmara de Arbitragem e Mediação do Estado de Santa Catarina (CAMESC), da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e da Corte de Justiça Arbitral de Brasília (COJAB).

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Carlos Mário da Silva Velloso	9
--	---

CAPÍTULO 9

Retomando a caminhada	13
-----------------------------	----

CAPÍTULO 10

O fato administrativo	19
10.1 Introdução	19
10.2 Conceituação	19

CAPÍTULO 11

O ato administrativo: um reencontro	27
11.1 Conceito e histórico	27
11.2 Requisitos e elementos	36
11.3 A causa do ato administrativo	43
11.4 Características substanciais do ato administrativo	44
11.5 Novos horizontes do ato administrativo	49
11.5.1 O metaverso	49
11.5.2 Um caso concreto: Estônia	53
11.5.3 Ato administrativo e inteligência artificial (IA)	60
11.6 O silêncio da Administração	67
11.6.1 Abuso de Direito?	73
11.7 Tipologia do ato administrativo	74
11.7.1 Hely Lopes Meirelles	75
11.7.2 Irene Patrícia Nohara	76
11.7.3 Diogo de Figueiredo Moreira Neto	77
11.7.4 José dos Santos Carvalho Filho	78
11.7.5 Lucas Rocha Furtado	78
11.7.6 Edmir Netto de Araújo, Alexandre Santos de Aragão, Marçal Justen Filho	79
11.7.7 Celso Antônio Bandeira de Mello	79
11.7.8 Perfeição, validade, eficácia	80
11.7.9 Algumas ênfases recomendáveis: motivação; retroatividade	80
11.7.10 Outros pontos que reclamam alusão: atos privados da Administração; atos normativos; atos inexistentes	85
11.8 Atributos? Poderes? Delegação. Avocação. Funcionário de fato	88
11.9 Autorização: um ato administrativo que merece destaque. Serviço Público: conceituação; principais moldes de sua execução	91
11.10 Características instrumentais do ato administrativo	101
11.10.1 Discricionariedade	103
11.10.2 Executoriedade	106
11.10.3 As presunções, com destaque para a presunção de legitimidade	108
11.10.4 A presunção de juridicidade	111
11.10.5 Poder (?) hierárquico e poder (?) disciplinar. Relações de sujeição especial	113
11.10.6 Poder (?) de polícia	115
11.10.7 Poder (?) normativo	120
11.11 Cláusulas acidentais do ato administrativo	136
11.12 Controle do ato administrativo	137
11.13 Extinção do ato administrativo	154
11.14 Excepcionalidades	174
11.15 Uma breve homenagem	184
11.16 Ato Administrativo: <i>reterização</i>	185

CAPÍTULO 12

O contrato administrativo: um reencontro	205
12.1 Localizando e delimitando o tema	205
12.2 Fato jurídico, ato jurídico, negócio jurídico	207
12.3 Conceituação	208
12.4 A doutrina tradicional	210
12.4.1 Características do contrato administrativo	211

12.4.2 Cláusulas exorbitantes	212
12.5 Discrepando da tradição	215
12.5.1 Contrato de adesão?	215
12.6 Constituição brasileira e contrato administrativo. Controles	220
12.7 Contratos administrativos e a Lei Geral de Licitações e Contratos	224
12.7.1 Delimitação da matéria	225
12.7.2 Uma introdução.....	225
12.7.3 Artigos 1º a 6º da Lei Geral e outras capitulações pertinentes	229
12.8 Contrato Administrativo: <i>reterorização</i> (abordagem inicial)	243
12.9 As formulações estruturantes dos contratos administrativos em geral: uma introdução.....	247
12.9.1 Elementos e características	248
12.9.2 Garantias de execução do contrato.....	249
12.9.3 Alocação de riscos. Duração do contrato. Execução do contrato: exceção do contrato não cumprido; alteração do contrato; fato do príncipe; fato da administração; imprevisão; extinção unilateral do contrato.....	250
12.10 Aprofundamentos	261
12.10.1 A Lei Geral: uma visão crítica	261
12.10.2 Contratação administrativa e políticas públicas.....	263
12.10.3 Tópicos diversos: breves anotações.....	265
12.10.3.1 Emergências, calamidades, surpresas.....	265
12.10.3.2 Denunciante	266
12.10.3.3 Cláusulas exorbitantes (mais uma vez!)	268
12.11 Contratação: governança e controle. Forma dos contratos administrativos	269
12.12 Lei Geral: Relações às quais não se aplica	274
12.13 Jurisprudência clássica: algumas decisões	276
12.14 Empresas estatais e contrato administrativo.....	278
12.14.1 De novo: consensualidade	281
12.14.2.1 As cláusulas exorbitantes na Lei nº 13.303.....	283
12.14.2.2 A duração do contrato	285
12.14.2.3 Formalização	285
12.14.2.4 Responsabilidades do contrato	287
12.14.2.5 Aspectos remanescentes.....	288
12.14.2.6 Sanções administrativas	290
12.14.2.7 Conclusão	294
12.14.3 Por que “Direito Administrativo Individual” e não “Direito Administrativo da Pessoa”? O viés <i>econômico</i> dos contratos administrativos.....	294
12.15 <i>Reterorização</i> (conclusão)... e um pouco mais de IA	300

CAPÍTULO 13

O Processo Administrativo: considerações iniciais. Finalidades e relevância do processo administrativo. Processo administrativo e procedimento administrativo. <i>Processo</i> como relação jurídica	303
13.1 Princípios do processo administrativo.....	315
13.2 Instauração do processo administrativo.....	335
13.3 Instrução do processo administrativo	344
13.4 A decisão do processo administrativo	361